



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos visto aqui a Oposição, de maneira absolutamente sistemática, criticar a proposta de reforma da Previdência enviada a esta Casa. Parece até que nós não precisamos dessa reforma. A impressão que se tem é a de que a Previdência do Brasil não vai quebrar em 2024, como afirmam todos os técnicos envolvidos nessa área.

Ora, Sr. Presidente, ao longo da história da nossa República, sobretudo no século XX, nós tivemos uma série de medidas que construíram a nossa Previdência Social. Paralelamente a isso, também foi incorporada a essa Previdência Social uma série de privilégios, de isenções, de favorecimentos para poucos, em detrimento da maioria. Nós precisamos reverter essa situação e criar um sistema que seja igual e comum para todos.

Sr. Presidente, não se trata absolutamente de uma suposição minha ou de quem quer que seja. É importante dizer que há 10 anos havia dez trabalhadores para cada trabalhador aposentado. Como o nosso sistema é o chamado solidário, em que quem está trabalhando paga por quem está aposentado, não há uma poupança feita para cada um dos aposentados, e sim o recolhimento feito a cada mês, que paga as aposentadorias e as pensões. Atualmente esse número caiu: são sete trabalhadores para cada aposentado. E nas contas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, que cuida das estatísticas no Brasil, está claramente indicado que daqui a 10 anos haverá apenas três trabalhadores para cada aposentado. Ou seja, esse número passará de dez para três.

É óbvio que essa conta não fecha. É óbvio que essa conta não vai pagar as aposentadorias futuras. E é óbvio também que não podemos deixar para resolver essa questão às vésperas do colapso. Nós temos que tomar essas medidas agora, com coragem, com responsabilidade, para que possamos dar uma sobrevivência sustentável à nossa Previdência Social.

Obviamente, o Governo para cá mandou uma proposta, e nós temos todas as condições de debatê-la profundamente. Aqui foram trazidos vários argumentos pelo Deputado e querido amigo Alessandro Molon, que me antecedeu, mas eu não posso concordar com muitos deles. Por exemplo, quando S.Exa. diz que não há uma regra de transição para o funcionalismo,



isso não é o que está no projeto. O que está no projeto é que quem tem menos de 50 anos terá que trabalhar 50% a mais do tempo que falta para atingir os 65 anos, mas em relação ao funcionalismo público está prevista inclusive a regra de recebimento da aposentadoria do atual salário.

Agora, Sr. Presidente, é verdade também que vários discursos têm sido feitos aqui por pessoas que são contra a reforma e que merecem atenção, porque têm muita razão. Ao longo dos vários Governos que tivemos, isenções foram dadas à Previdência Social. Isso hoje acarreta um prejuízo insustentável, monocraticamente, como bem lembra o Governador Esperidião Amin. Atos de Presidentes da República, todos os fizeram: Fernando Henrique, Lula, Dilma, Sarney. Todos fizeram isso, todos fizeram isso!

O fato é o seguinte: hoje, nós temos uma situação em que há a isenção das chamadas entidades filantrópicas. O que são essas entidades filantrópicas? Algumas delas, de fato, são filantrópicas; outras delas são universidades privadas que cobram mensalidades tão caras quanto as de quaisquer outras universidades privadas, mas se dizem filantrópicas e simplesmente não pagam a Previdência! Os 20% que, como empregadores, têm que recolher, não recolhem. Eles não pagam a Previdência! O fato concreto, real e objetivo é que, quando chega a hora da aposentadoria, esse peso cai nas costas do trabalhador. Isso é inaceitável!

É inaceitável o que a Presidente Dilma fez, a chamada desoneração da folha de pagamento para incentivar alguns setores da economia. Até admito que ela fez isso com a boa intenção de alavancar a economia do Brasil. Não acho que ela tenha sido a única que fez, não! Estou apenas citando porque é um fato recente. Foi feita a desoneração, e a conta ficou para o trabalhador. A conta do que não é pago por essa desoneração cai nas costas do trabalhador. O próprio sistema do chamado Super-SIMPLES, que faz uma desoneração a pequenas empresas empurra a conta para as costas do trabalhador.

Hoje, eu tive uma reunião no Ministério da Fazenda. Recebi a inacreditável informação de que os clubes de futebol do Brasil não pagam a Previdência! Os times milionários do futebol brasileiro, Palmeiras, Flamengo, Corinthians, o meu Esporte Clube Vitória, da Bahia, não pagam a Previdência,



Deputado. Isso é um absurdo! Eles recolhem os 8% devidos pelo trabalhador, pagam; e os 20% que eles têm que recolher, não recolhem.

Realmente, temos que reconhecer que é muito difícil aqui se exigir o sacrifício do trabalhador e fazer regras que endurecem a previdência sem enfrentarmos a situação. Não é possível, não é possível! Nós temos que enfrentar essa situação.

Pessoalmente acho que a previdência social é uma verba que, por analogia, aproxima-se daquilo que no direito de família é chamado de verbas alimentares, porque vai justamente atender ao aposentado, que é um cidadão que tem certa vulnerabilidade, porque já não está mais trabalhando e a única verba que ele tem, muitas vezes, é a própria aposentadoria. Portanto, o não pagamento desta aposentadoria, como se anuncia, caso não façamos nenhuma reforma para 2024, acarretará na mais profunda e drástica miséria para este cidadão.

Então, na condição de considerar as verbas previdenciárias como verbas alimentares, eu penso que uma das questões que podemos tratar aqui é a vedação constitucional de toda e qualquer isenção envolvendo verbas previdenciárias. É um bom começo. Nenhum Presidente da República, nem o atual nem qualquer outro que venha pela frente, terá a possibilidade de fazer isenção com as verbas previdenciárias, porque assim nós tiramos de qualquer futuro Presidente o direito de fazer essas cortesias com o boné suado do trabalhador brasileiro. É razoável que façamos isso!

Mas eu quero dizer que inexoravelmente temos que enfrentar este problema. Nós temos que enfrentar este problema! Se o projeto de lei precisa ser modificado, emendas serão feitas, debates acontecerão. Teremos todas as condições de avançar aqui para construir um entendimento. Mas não podemos tratar este tema com demagogia. Não podemos fazer deste tema um palanque que inviabilize uma reforma capaz de dar sustentabilidade à Previdência, porque o Brasil e sobretudo o trabalhador precisam da reforma da Previdência Social. É preciso acabar com isenções.

Aqui, os trabalhos que chegam às nossas mãos, da frente parlamentar, da ANFIP, dos sindicatos, apontam para uma isenção que chega a um terço do buraco da Previdência, 60 bilhões de reais. Tudo bem, vamos discutir! Se



acabar com esse buraco, já ficam outras formas de flexibilizar outros pontos. Contudo, não podemos fugir do inarredável dever que nós temos de fazer a reforma da Previdência, por atenção, respeito e amor ao trabalhador brasileiro e ao nosso País. Vamos discutir tudo, do primeiro ao último artigo.

Não acredito que nenhum Deputado, seja da base do Governo, seja da Oposição, vote contra uma verba como esta, porque temos amigos e parentes. E um dia nós próprios seremos todos aposentados. Entretanto, nós temos também que ter a certeza de que é por essa necessidade que temos a obrigação de tratar esse tema com o mais absoluto respeito e responsabilidade.

Sr. Presidente, eu queria conceder um aparte ao Deputado Darcísio Perondi, que vai encerrar a minha fala.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - E peço também um aparte, Deputado, depois da fala do Deputado Darcísio Perondi, só para que eu possa esclarecer um ponto, se V.Exa. me permitir.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi o Relator, em um brilhante relatório, dizer que a questão é esta: nasce cada vez menos criança, e nós — que bom! — estamos vivendo muito mais. A medicina e os cuidados primários estão avançando, e nós vamos viver cada vez mais e mais. Daqui a 10, 20, 30 anos, teremos menos gente contribuindo e mais idosos. Não fecha a conta. Para isso, a Oposição fecha os olhos.

Quanto à idade mínima, nós já temos 60 anos e 65 anos. Há 20 anos ou 25 anos, quando não havia essa longevidade, nós tínhamos também. Na América Latina, só o Brasil e o Equador não têm idade mínima, para homem e mulher, aos 65 anos de idade. No mundo, de cada quatro países, três têm idade mínima, para homem e mulher, de 65 anos e acima de 65 anos. Portanto, é cegueira, é palanque, é irresponsabilidade, é falta de estudo, ou estão olhando só para a urna.

Senhor aposentado que está me ouvindo, essa reforma é para garantir que você receba, senhor aposentado, que você receba; e que o seu filho e o seu neto, daqui a 40 anos, possam receber, possam se aposentar.

Eu pediria à Deputada silêncio, por favor.



(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Isso é pelo Brasil. Isso é por você, aposentado, é por você!

Por isso, nós temos que votar esse relatório e votar a reforma da Previdência. É óbvio, como disse o Deputado Arthur Oliveira Maia, que o Presidente Michel é parlamentarista e é aberto. Se o Congresso quiser melhorar a proposta ou piorar, ele vai respeitar esta Casa. Mas esta Casa já mostrou, ao longo desses 90 dias, que tem coragem para votar.

Por isso, o nosso Governo está sendo um Governo vencedor — pré-sal, Lei das Estatais, Lei da Energia Elétrica, PEC dos Gastos, Reforma do Ensino —, e esta Casa vai ter essa consciência e vai votar a reforma.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, o Deputado Arthur Oliveira Maia me concedeu um aparte, e falarei muito rapidamente, apenas em deferência e em respeito também ao Deputado Arthur Oliveira Maia, a quem quero muito bem também.

V.Exa. tem razão. Na pressa de cumprir o tempo, expressei-me de forma imprecisa. O que não há, em termos de regra de transição para servidor público, é a aposentadoria apenas por idade, como há no regime geral. No regime geral, a pessoa se aposenta ou por idade ou por tempo de contribuição. No regime próprio, esta PEC estabelece que as condições têm que ser preenchidas cumulativamente, ou seja, são regras diferentes para os regimes. E isso não faz sentido.